



RELATO GTPG (Grupo de Trabalho de Pós Graduação) – ENEGEP 2012 16 de outubro de 2012

Prof. Helcio Orlande
Coordenador Adjunto Engenharias III - CAPES

Iniciaram-se os trabalhos com a apresentação do comitê organizador do ICPR-Americas 2013.

O Prof. Helcio iniciou sua fala informando que houve um aumento, de 2007 para 2010, dos PPG na área. Comentou que se espera um aumento semelhante para o triênio atual.

Apresentou as notas e a tendência dos programas de que as notas das avaliações se mantenham as mesmas ou melhorem. Por isso a preocupação com programas que ficaram estagnados por 2 triênios.

Comentou que os perfis de avaliação dos PPG das Engenharias II, III e IV são semelhantes, com alguma diferença do perfil das Engenharias I.

E apresentou o perfil das publicações em engenharia, comparando o Brasil com outros países. Há uma percepção de que o que se está fazendo, está sendo realizado com qualidade. Comentou que o maior foco da produção em Engenharias III, em relação às outras áreas, está em Naval/Oceânica/Aeronáutica e em Produção.

Na avaliação de 2010 foram 95 programas (138 cursos). Espera-se que haja cerca de 110 programas (150 cursos) na avaliação de 2012.

Comentou sobre os itens que serão avaliados, indicando que os critérios deverão ser os mesmos do triênio anterior, seguindo-se a ficha de avaliação. A extração dos dados para análise é manual e dividido pela comissão para análise. No caso dos quesitos I e V, os dados foram buscados a partir de uma análise ad hoc de um consultor não relacionado ao PPG analisado. Os dados são colocados em planilha eletrônica. Após a análise dos programas, são definidas as notas de corte para os quesitos. Isto significa que os estratos são definidos conforme o universo avaliado, estabelecendo-se percentis de corte.

Para os programas de nível 6 e 7, um subgrupo da comissão especial. Outros grupos especiais são: PPG Profissionais, PPG com nota 5 reduzindo para 4, PPG com nota 4 reduzindo para 3, e Revisão dos Relatórios.



A produção em congressos foi comentada e mostrou a evolução desse critério desde 2001, explicando que no triênio passado a produção em congressos foi colocada apenas em produção qualificada.

No que tange à produção técnica comentou que o importante é registrar elementos ligados ao desenvolvimento e à inovação. Também comentou sobre a produção discente, cujo indicador (QTD) contabiliza as contribuições discentes de egressos até há 5 anos do ano de titulação.

Quanto aos indicadores de produção comentou sobre o fator de impacto relativizado, como forma de equalizar problemas gerados por revistas com fator de impacto muito alto de outras áreas onde há publicação de docentes das Engenharias III. E também sobre a visão de que o Qualis é uma visão do que foi realizado, não um indicador de qualidade futura das revistas.

Em seguida, comentou sobre os pesos dos critérios de avaliação e sobre o volume de produção de teses e dissertações. Apresentou o volume de patentes depositadas, concedidas e licenciadas, referindo que os números ainda são pequenos, mas há expectativa de aumento das mesmas para este triênio.

Após, mostrou o ranking do indicador PQD, para exemplificar o processo de geração dos estratos de corte para os critérios de avaliação. A avaliação é realizada sem qualquer outra ordenação que não seja o próprio indicador.

Também comentou que na primeira semana de dezembro os coordenadores deverão ser reunidos na CAPES, para uma discussão e antecipação dos dados, pois a comissão ainda não recebeu os dados do triênio para pré-análise.

Sessão de perguntas e respostas:

Prof. Leonardo Lima (CEFET-RJ) - para professores novos ou que saíram para pós-doutorado, como faz-se com docentes que não ministraram aulas?

R: Justifica-se no documento. Há pelo menos um relator que informará tudo para a comissão e lerá o documento.

Prof. Gaudêncio Freitas (UFBA) - Na Universidade, há um programa multidisciplinar com previsão de dois orientadores por orientando. Como isso é avaliado?

R: Trata-se como orientador

Prof. (CEFET-RJ) - No FIR, usa-se o dobro da meia-vida? É possível divulgar os FIR?



R: Sim. Quanto à segunda pergunta, há uma limitação de copyright com a ISI. Os critérios de corte dos FIR não foram divulgados no documento de área de 2010, mas não há problema para divulgar em 2012

Prof. André Librantz (UNINOVE) - Como é classificado o FIR?

R: Até B1 é usado o FIR baseado no ISI. Para B2 e B3 está se usando Cites Per Doc. Inicialmente usar-se-ia a mesma fórmula com a base da ScImago. Mas como havia áreas com poucos periódicos, usou-se o Cites Per Doc. Será atualizado e corrigido o Qualis para a trienal.

Prof. Osiris () - O número de orientados e coorientados conta na orientação? Como?

R: A portaria 1 de 2012 estabelece 8, mas cada área pode alterar. A proposta enviada ao CTC é trabalhar com 15. Isso porque há programas com Minter e Dinter, programas com outras realidades e que não podem ser prejudicados. A recomendação do Prof. Lívio foi de que os coordenadores expliquem sua realidade na proposta do programa.

Prof. Osiris () - Patentes são contabilizadas no pedido ou no licenciamento?

R: Todos. Os pesos são diferentes. A perspectiva é manter os pesos, pois o que for concedido ou licenciado será novamente valorado. Houve uma consulta à equipe que produz a PINTEC e essa equipe até questionou a importância de se considerar patentes, por ser um elemento meio do processo. Mas a CAPES entende que é relevante e deve estar muito bem embasada na proposta do programa, indicando como se relaciona com teses e dissertações

Prof. Leonardo Lima (CEFET-RJ) - Há limitação de publicação para B3, B4 e B5?

R: Sim. Um por ano por docente, por estrato. Para B2 para cima, não há limitação.

Prof. () - Como colocar informações que não possuem campo específico para serem relatadas?

R: Na ficha de apresentação. Não adianta enviar materiais por correio, como complemento. Toda a avaliação é baseada na informação indicada no Coleta CAPES, que é o canal único para a CAPES.

Prof. () - Coorientação: como fica a situação do coorientador que não é do programa de pós-graduação? A contagem é idêntica para coorientação e orientação?

R: Ele precisa ser registrado de alguma forma. Caso contrário ele não pode aparecer. Observar a Portaria 1 de 2012, sobre quem pode ser colaborador ou não em função dos critérios. A coorientação deverá contar como orientação também. A contabilização em muitos indicadores é baseada na indicação de docente ativo. É importante verificar esses critérios na ficha de avaliação.



Prof. Carla Caten (UFRGS) - Na UFRGS, a coorientação de outros docentes fora do programa é colocada como "participante externo". Está adequado?

R: Nesse caso ele não conta em nada no programa. Pode ser isso.

Profa. Miriam (UNISINOS) - Quando será disponibilizado o caderno de avaliação?

R: A previsão é em outubro.

Prof. Leonardo Lima (CEFET) - Como são os critérios de corte nas notas?

R: Por arredondamento ao inteiro mais próximo.

Prof. Leonardo Lima (CEFET) - Como são os critérios de corte nos indicadores?

R: Pela análise da forma como os gráficos de desempenho são formados. Não são definidos percentis a priori.

Prof. Carla (UFRGS) - O número 8 é por docente?

R: Sim. A base são os indivíduos. Está-se pensando em trabalhar com 15 para acomodar as variações. Assim, exceções poderão ser tratadas de melhor forma.

Por fim, foi comentada a carta de sugestões que foram enviadas pela comunidade da ABEPRO para a comissão da área e foi pedido ao Prof. Helcio que, dentro da possibilidade, a mesma seja apreciada para retorno à comunidade.

Relatou o Prof. Guilherme Vaccaro (UNISINOS), Diretor Científico da ABEPRO.